

ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 024/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022

PROCESSO: 129/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 27/10/2022

HORÁRIO: 09h00min horário

LOCAL: Departamento de Compras e Licitações – Prefeitura Municipal

ENDEREÇO: Praça Rio Branco, 86 Centro- CEP.: 14730-000- Monte Azul Paulista - SP.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, Estado de São Paulo, localizada na Praça Rio Branco, nº 86, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os interessados, que se acha aberta a licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 024/2022, instaurado pelo processo nº 129/2022, do tipo menor preço unitário por item, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, sob regime de entrega parcelada, para Aquisição de 200.000 (Duzentos Mil) TIRAS REAGENTES, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa HIPERDIA (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I.O referido pregão será regido com base as normas estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94 e 9.854/99; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, regulamentadas pelo Decreto Federal 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 2136, de 04 de Junho de 2.009; aplicando-se, subsidiariamente, no que couber Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, e demais legislações pertinentes, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do pregão, após o credenciamento dos interessados, que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada no **Departamento de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal, na Praça Rio Branco, 86 Centro – CEP. 14730-000 Monte Azul Paulista – SP**, <u>iniciando-se às **09h00min**,</u> horário de Brasília, **do dia 27/10/2022**, e os trabalhos serão **conduzidos** pelo **PREGOEIRO**, auxiliado pela **EQUIPE DE APOIO**, conforme designação contida nos autos do processo.

As empresas interessadas poderão entrar em contato com o Setor de Licitação, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, na Praça Rio Branco, nº 86 para obter informações



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

sobre o processo de licitação, inclusive pelo telefone (17) 3361-9501. O presente Edital também será disponibilizado gratuitamente através do site: http://www.monteazulpaulista.sp.gov.br

1 - DO OBJETO:

- 1.1. **REGISTRO DE PREÇOS**, sob regime de entrega parcelada, para Aquisição de **200.000** (Duzentos Mil) **TIRAS REAGENTES**, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa **HIPERDIA** (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I.
- 1.2 As quantidades constantes dos Anexos I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.
- 1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que eles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegura ao beneficiário do registro a participação em igualdade de condições.
- 1.4 A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração deverá atender às seguintes exigências:
- 1.4.1 fornecer os produtos quando solicitados mediante autorização de fornecimento, ordem de compra ou requisição expedida pelo setor de competente;
- 1.4.2 fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços, cotas mínimas ou máximas, para fornecimento do produto.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 2.1 Poderão participar deste Pregão toda e qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, do ramo de atividades pertinentes ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências, constantes deste edital e que satisfaçam as seguintes condições;
- a) Ter previsto no objeto social, atividade pertinente com os itens objeto da licitação que for participar.
- b) As licitantes que comprovarem o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 terão tratamento diferenciado das demais, consoante, disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

diploma legal.

- 2.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais situações abaixo especificadas:
- a) Estrangeiras que não funcionem no País;
- b) Reunida sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, e sumula 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- e) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/1998;
- f) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
- g) Empresas que se submetam nas hipóteses do art. 9º da Lei nº 8.666/1993

3 - DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. Para o credenciamento, as empresas interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:
- a) em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, **DEVIDAMENTE AUTENTICADO POR CARTÓRIO COMPETENTE**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) em sendo representante **ou** procurador, instrumento público ou particular de procuração; **ou carta de credenciamento**, conforme o modelo de que trata o <u>Anexo II</u>, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor e renunciar ao direito de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, <u>acompanhado da cópia do respectivo estatuto ou contrato social</u>, <u>DEVIDAMENTE AUTENTICADO POR CARTÓRIO COMPETENTE</u>, correspondente ao documento que comprova os poderes do mandante, quem outorga os poderes ao credenciado;
- c) visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como **Microempresas ou Empresas de Pequeno** Porte e demais condições estabelecidas na Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de Outubro de 2015, <u>os representantes de microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar **declaração elaborada de acordo com**</u>



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

<u>o modelo estabelecido no Anexo III</u> deste Edital, e <u>apresentada fora dos envelopes n.</u> 01 (proposta) e n. 02 (documentos de habilitação);

- d) o representante legal e ou o procurador deverão identificar-se exibindo <u>documento oficial</u> <u>que contenha sua foto</u>.
- 3.2. Será admitido na sessão pública deste Pregão apenas 1 (um) representante para cada empresa licitante, devidamente credenciado, sendo que as demais pessoas presentes poderão assistir ao ato público, mas sem direito a voz ou qualquer manifestação pessoal. O representante já credenciado para o certame em epígrafe, caso necessite em qualquer fase do processo, substabelecer para outro os poderes a ele conferido poderá fazer somente se a carta de credenciamento ou a procuração trouxer expresso tal investidura, e desde que o outro não seja representante de uma das licitantes participantes do certame.
- 3.3. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar os atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou renunciar ao direito de recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.4. Encerrada a fase de credenciamento, não serão admitidos esclarecimentos de eventuais licitantes retardatários.
- 3.5. Encerrada a fase de credenciamento, as empresas licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo no anexo III), se essa já não houver sido entregue junto ao credenciamento. E também a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos à habilitação, e, a declaração de que não está impedida de contratar com a Administração Pública, de acordo com os modelos de que tratam os Anexos IV e V, respectivamente.

4 - DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DOCUMENTOS:

A proposta e os <u>documentos</u> para habilitação deverão ser apresentados **separadamente**, **em dois envelopes fechados e indevassáveis**, contendo em sua parte externa a razão social da empresa licitante, bem como o número do presente Pregão, a saber:



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ENVELOPE I – PROPOSTA DE PREÇOS

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE

PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, sob regime de entrega parcelada, para Aquisição de **200.000** (Duzentos Mil) **TIRAS REAGENTES**, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa **HIPERDIA** (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I.

DATA E HORA: 27/10/2022 às 09h00min

ENVELOPE nº II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE AZUL PAULISTA-SP PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, sob regime de entrega parcelada, para Aquisição de **200.000** (Duzentos Mil) **TIRAS REAGENTES**, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa **HIPERDIA** (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I.

DATA E HORA: 27/10/2022 às 09h00min



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

5 - DA PROPOSTA

- 5.1. O **Anexo IX** poderá ser utilizado para a apresentação da Proposta de Preço, datilografada, impressa, de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por seu procurador.
- 5.1.1. Será aceita proposta de preço em impresso próprio da empresa licitante, desde que apresentada em modelo afeiçoado ao **Anexo IX**.
- 5.2. Deverá estar consignado na proposta:
- a) nome e endereço do proponente;
- b) número do pregão;
- c) descrição por completo do produto ofertado, objeto da licitação, indicando a marca (no caso dos medicamentos, indicar os de referência, genérico ou similar) e o fabricante, bem como o número de seu registro na ANVISA, sob pena de desclassificação do item, em conformidade com as especificações do Anexo I;
- d) preço unitário, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, sendo aceitas até duas casas decimais após a vírgula;
- d.1) declaração de que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, foram apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: combustível, transportes ou fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;
- e) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 5.3. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão do proponente às condições deste edital.
- 5.4. Não serão admitidas alegações posteriores, que visem ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados, necessários para a entrega do objeto, no local indicado pelo Município.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 5.5. É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto desta licitação a outra empresa.
- 5.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente ato convocatório e seus anexos, por omissão, irregularidade ou defeito capaz de dificultar o julgamento.

6 - DO ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO

6.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação preliminar no certame, acondicionados no envelope nº 01, são os seguintes:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia da cédula de identidade do proponente ou sócio(s)-proprietário(s);
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Em se tratando de sociedades empresariais, comerciais, EIRELI, ou sociedade simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
- **d)** Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;
- e) Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c.2) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicilio da licitante relativo aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação ou declaração de isenção ou; de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei:
- c.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais relativo ao domicílio ou sede do proponente, relativo aos tributos incidentes sobre o sobre o objeto desta licitação, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças. O proponente com filial no município de Monte Azul Paulista fica obrigado a fornecer a certidão relativa a esta Filial, para atendimento do item;
- d) prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF Certidão de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e á resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 6.1.2.1. Os licitantes que enquadrarem na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte ou microemprendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto a sua regularidade fiscal, a fim de que se possa ser aplicado o disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006, alterado pelas Leis Complementares 128/20016 e 147/2014
- 6.1.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual, às mesmas será assegurada, o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá após a homologação e a data de convocação para assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, quando requerida e justificada pela referida proponente, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, a realização de pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa,
- 6.1.2.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade, se for o caso, da adjudicatária que recusará injustamente.



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a)Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Obs.: A Licitante em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo responsável pelo acompanhamento e recebimento deste Registro de Preços e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, ao Responsável pelo Acompanhamento e Recebimento.

b) prova de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, representado pela soma dos itens que o licitante pretende concorrer.

6.1. 4 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) declaração da licitante, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e no artigo 27, V, da Lei de Licitações, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos) Anexo VII;
- b) declaração do proponente de que examinou e recebeu os documentos técnicos constantes do edital e de que tomou conhecimento de todas as informações para cumprimento das obrigações objeto da licitação, <u>Anexo VI.</u>

7 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- **7.1** Quanto aos documentos solicitados para <u>habilitação que não contenham prazo de validade expressa</u>, deverão <u>ser expedidos com data não superior a 60 (sessenta) dias, anteriores à data limite para o recebimento das propostas</u> da presente licitação.
- **7.2 OBSERVAÇÃO: O CNPJ** constante da proposta deverá ser o mesmo dos documentos de habilitação, salvo os que são comuns para matriz e filial, e o mesmo constante das notas fiscais de entrega dos produtos.
- 7.3 Os documentos solicitados para a habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, poderão ser apresentados em seus originais, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou, excepcionalmente, serem autenticados pelo Pregoeiro ou pelos membros da equipe de apoio, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- **7.4 –** Se houver impossibilidade de apresentação de qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, a empresa licitante deverá providenciar declaração em papel



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

timbrado, assinada por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo de licitação, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.

8 – JULGAMENTO E PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO

8.1 - DO JULGAMENTO

- **8.1.1** O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;
- **8.1.2.** O valor a ser contratado tem como limite a média aritmética dos valores praticados no mercado, conforme anexo I do presente edital.

8.2 - PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO

- **8.2.1 –** No horário e local indicado no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pública de processamento deste Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos representantes legais ou prepostos das empresas interessadas, com a identificação desses, a fim de comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame licitatório.
- **8.2.2** O prazo para que a licitante realize seu credenciamento será até que a última licitante seja credenciada.
- 8.2.2.1 Após o término da fase de credenciamento, ninguém mais poderá participar do certame como licitante.
- **8.2.3 –** Encerrada a fase de credenciamento, as empresas licitantes entregarão ao Pregoeiro a <u>declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte</u>, se essa já não houver sido entregue junto ao credenciamento, e também a <u>declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos a habilitação, e, a <u>declaração de que não está impedida de contratar com a Administração Pública</u>, assim como os Envelopes nº 01, de Propostas de Preços, e o de nº 02, de Documentos de Habilitação.</u>
- **8.2.3.1** A Ausência das referidas declarações ou apresentação em desconformidade com a exigência inviabilizará a participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando em conseqüência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **8.2.4 -** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada aos licitantes presentes sua assinatura.
- **8.2.5 –** Ato contínuo serão abertos, na presença dos interessados, os envelopes nº 1, que contiverem as propostas de preços, as quais serão analisadas individualmente.
- **8.2.6** A classificação das <u>propostas de preço</u> pelo Pregoeiro visarão o atendimento das condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- **8.2.6.1** cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital, ou qualquer outra exigência preconizada para correspondente apresentação;
- **8.2.6.2 -** <u>que apresentarem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como proposta alternativa;</u>
- **8.2.6.3** que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentação dos custos dos insumos, com o preço do mercado, observadas as disposições do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Bem como aqueles que apresentarem preços manifestamente, simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- **8.2.6.4 -** que não estiverem assinadas pelo representante legal.
- **8.2.7** Em caso de divergência entre a discriminação dos valores escritos em algarismos e os expressos por extenso, serão considerados os valores mais vantajosos para o Município de Monte Azul Paulista-SP.
- **8.2.8 –** As propostas de preços serão classificadas de acordo com o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**
- **8.2.9 –** As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a **ETAPA DE LANCES VERBAIS**, com a observação dos seguintes critérios:
- **8.2.9.1** Para efeito **de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS**, o **PREGOEIRO** selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas àquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.
- **8.2.9.1.1 -** Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no **subitem 8.2.9.1**, o **PREGOEIRO** selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no **subitem 8.2.9.1.2.**

- **8.2.9.1.2** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:
- a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 8.2.9.1.; ou
- **b**) todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores ofertados, se houver.
- **8.2.9.1.3** Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no **subitem 8.2.9.1.2.**, letras "a" e "b", para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio; cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta / lance.
- **8.2.10 -** Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o **Pregoeiro** poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do **Pregão**, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do **Pregão** ou, ainda, dar prosseguimento ao **Pregão**, condicionado, em todas as hipóteses, á inexistência de prejuízos ao órgão licitante.
- **8.2.11** Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas / lances verbais, dar-se-á início ao **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS**, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, <u>e</u> <u>ainda com redução mínima de R\$ 0,10 (dez) centavos, aplicável inclusive com relação ao primeiro.</u>
- **8.2.12 -** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas para **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS de forma verbal e seqüencial**, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a ultima a **OFERECER LANCE VERBAL**, **decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.**
- 8.2.12.1 <u>Não poderá haver desistência dos lances ofertados sujeitando-se o licitante</u> desistentes às penalidades constantes deste Edital.
- **8.2.13** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **8.2.14** Quando convocado pelo **Pregoeiro**, a desistência da proponente de apresentar lance verbal, implicará na exclusão da etapa de **LANCES VERBAIS**, ficando sua ultima proposta registrada para a classificação final.
- **8.2.15** A etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS** terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.
- **8.2.16 –** O encerramento da etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS** ocorrerá depois de concluídas as rodadas e todos os representantes legais ou prepostos das empresas participantes declinarem da formulação dos lances.
- **8.2.17 –** Declarada encerrada a etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES** e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no ultimo preço/lance apresentando, o **Pregoeiro** examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- **8.2.18 –** O **Pregoeiro** poderá negociar com a empresa licitante, autora da melhor oferta de preço, assim considerada a de menor valor, para tentativa de redução voluntária e obtenção de preço melhor.
- **8.2.19** Na hipótese de não realização de lances verbais, o **Pregoeiro** verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **8.2.20** Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado ao **Pregoeiro** negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.
- **8.2.21** O **Pregoeiro** pode solicitar a demonstração da exeqüibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do **Pregã**o, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.
- **8.2.22** A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item **8.2.16**, salvo rasuras que não comprometam partes essenciais.
- **8.2.23 -** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o **envelope** contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- **8.2.24** Para efeito do saneamento, a correção da(s) falha(s) formal (is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e / ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável (is). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligencias necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **8.2.25** Aberto o invólucro "documentação" em havendo restrição quanto a regularidade fiscal ou trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, será ela declarada vencedora, ficando estabelecido um prazo de 5 (cinco) dias para regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita pelo pregoeiro, a contar da notificação para contratação.
- **8.2.26** A não regularização fiscal ou trabalhista no prazo estabelecido no subitem **8.2.25**, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **8.2.27** Constatado o atendimento das exigências habilita tórias previstas no **EDITAL**, a proponente será declarada vencedora.
- **8.2.28** Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilita tórias, o **Pregoeiro** examinará a oferta subseqüente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos **subitens antecedentes**.
- **8.2.29** Sendo a proposta aceitável, o **Pregoeiro** verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando-se igualmente as previsões estampadas nos **subitens antecedentes**.

9 – DO DIREITO DE RECURSO:

9.1. Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de três dias que começará a correr a partir do dia em que houver expediente na Prefeitura, para a apresentação das razões por meio de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao(s) licitante(s) vencedor(es) e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação o Senhor Prefeito Municipal.
- 9.3. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado ao Prefeito, autoridade competente para a decisão.
- 9.4. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, o Senhor Prefeito Municipal, adjudicará o objeto do certame ao(s) licitante(s) vencedor(es) e homologará o procedimento licitatório.
- 9.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 9.6. Os recursos devem ser entregues no Setor de Protocolo, na sede da Prefeitura, na Praça Rio Branco, nº 86, dirigidos ao Senhor Prefeito Municipal.
- 9.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, enquanto a falta de manifestação imediata e motivada da empresa licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro à(s) empresa(s) vencedora(s).

10 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. Constatado o atendimento das exigências previstas neste edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela autoridade superior.
- 10.2. Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, à autoridade superior que, após apreciação dos recursos, adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

11- DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO:

11.1 A imprensa oficial do Município para efeito de divulgação dos atos de homologação e adjudicação é o "DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO" no site oficial www.monteazulpaulista.sp.gov.br.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, nos termos da



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

minuta constante do **Anexo VIII**, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso entre as partes.

- 12.2. O prazo para assinatura da ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 12.3. Caso o licitante melhor classificado não assine a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido neste edital ou tenha o seu registro cancelado, serão convocados os demais licitantes classificados, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.
- 12.4. O licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação para assinatura da Ata, bem como durante o período de sua vigência.
- 12.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

12.6. <u>A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dela poderá advir.</u>

- 12.7. O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens da presente licitação.
- 12.8. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação o praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
- 12.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
- 13.1.1. Automaticamente:



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 13.1.1.1. Por decurso de prazo de sua vigência;
- 13.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;
- 13.1.1.3. Quando caracterizado o interesse público.
- 13.2. O proponente terá o seu registro de preços cancelados na Ata, por meio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
- 13.2.1. A pedido quando:
- 13.2.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 13.2.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o seu custo.
- 13.2.1.3. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste edital, caso não aceitas as razões do pedido.
- 13.2.2. Por iniciativa da Administração Municipal quando:
- 13.2.2.1. O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
- 13.2.2.2. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- 13.2.2.3. O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 13.2.2.4. O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 13.2.2.5. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- 13.2.2.6. O vencedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

14. DA REVISÃO DOS PREÇOS

14.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 14.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 14.3. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 14.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento. Nesse caso, poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegura igual oportunidade de negociação.
- 14.5. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15. DA NOTA DE EMPENHO

- 15.1. O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho, ou Ordem de compra.
- 15.2. É condição para a retirada da nota de empenho ou Ordem de compra, a manutenção de todas as condições exigidas para habilitação.
- 15.3. A licitante vencedora deverá retirar a nota de empenho ou ordem de compra, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva convocação.
- 15.4. O prazo para a retirada da nota de empenho ou ordem de compra poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.
- 15.5. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo previsto no item 15.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como, a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, devendo a Administração cancelar o preço registrado e convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo no mesmo prazo.

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

16.1. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as quantidades solicitadas e as especificações deste edital e da proposta ofertada, nos locais previamente indicados pelo Departamento competente.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 16.2 As entregas dos produtos descritos através do Anexo I deste Edital deverão ser feitas parceladamente de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde, dentro do prazo de 7 (sete) dias úteis, contados após a emissão da autorização de fornecimento, ordem de compra ou requisição, ficando sob a responsabilidade da empresa contratada quaisquer riscos que porventura possam ocorrer durante o transporte e os serviços de carga e descarga
- 16.3. Os produtos deverão ser entregues, conforme o caso, em embalagens originais contendo data de fabricação e vencimento.
- 16.4. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, os produtos poderão ser recusados de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se imediata comunicação escrita ao fornecedor.
- 16.5. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar eventuais itens faltantes.
- 16.6. Se a contratada não substituir ou complementar a quantidade entregue em desconformidade com as especificações deste edital, o fiscal do contrato encaminhará a nota fiscal para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, com vista à glosa do valor do produto recusado ou não entregue, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.
- 16.7. A contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão do transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.
- 16.8. A contratada deverá constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderá decorrer de eventuais arredondamentos.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. As entregas efetuadas serão pagas em 30 (trinta) dias, a partir da data de cumprimento da obrigação contratada, em conformidade com a proposta apresentada, depois de concluída a fase de liquidação da despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.
- 17.2. No caso de constatação de irregularidades, como: condição de pagamento indicada em nota fiscal/fatura divergente a da obrigação contratada, ou se ocorrer entregas em quantidades diferentes da compra inicial, ou adulterado, exigindo-se a substituição ou a reposição dos produtos que, eventualmente, não constarem dos procedimentos de entrega.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 17.3. Conforme o protocolo ICMS 42 de 03 de Julho de 2.009, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de Dezembro de 2.010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas a Administração Pública direta ou indireta
- 17.4. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente específica da empresa contratada, na agência bancária por ela indicada, com preferência para instituição financeira oficial ou na tesouraria municipal, desde que não haja nenhuma irregularidade na respectiva nota fiscal/fatura, ou tenha sido devidamente substituída, no caso de sua devolução por motivo de irregularidade.
- 17.5. Em nenhuma hipótese poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados para modificações ou alterações dos preços propostos.
- 17.6. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes, embalagens e outros.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração do Município de Monte Azul Paulista, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 18.2. A penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Monte Azul Paulista poderá ser aplicado nos seguintes casos:
- a) não apresentação na sessão do Pregão, da documentação exigida para o certame, no todo ou em parte;
- b) apresentação de documentos falsos ou falsificados:
- c) recusa em manter a proposta, observado o prazo de sua validade;
- d) recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho;
- e) prática de atos ilícitos visando frustrar o objetivo do Pregão;
- f) cometimento de falhas ou fraudes na execução do contrato;
- g) condenação definitiva pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- h) prática de atos ilícitos demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração Municipal;
- i) ficar evidenciada a prática de conluio.
- 18.3. Fica facultado ao Município de Monte Azul Paulista, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, como não cumprimento do prazo de entrega, aplicarem multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da contratação.
- 18.4. A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal, mediante instauração de processo administrativo, no qual se assegurem a defesa prévia e o contraditório.
- 18.5. As situações mencionadas no artigo 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
- 18.6. O detentor da Ata reconhece, desde já, os direitos do Município, nos casos de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

19. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Pregão correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento geral do município de Monte Azul Paulista-SP, relativo ao exercício financeiro de 2022, observadas as seguintes classificações:

SECRETARIA DE SAÚDE Manutenção das Atividades de Saúde Material de Consumo 02.05.00.10.302.0024.2042.3.3.90-30-145

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.2. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes eventualmente não declaradas vencedoras ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitação, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, durante o prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação do contrato, findo o qual deverão ser destruídos.
- 20.3. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 20.4. A petição será dirigida ao Pregoeiro que responderá em até 1 (um) dia útil após o recebimento.
- 20.5. Havendo na petição a possibilidade de inovação, renovação ou correção do ato convocatório, o Pregoeiro encaminhará a Autoridade Competente, que decidirá até o prazo de 1 (um) dia útil antes da abertura da Sessão.
- 20.6. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, que será divulgado mediante publicação de notas no endereço www.monteazulpaulista.sp.gov.br, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoei
- 20.7. Os esclarecimentos, solicitações do Edital e seus anexos, providências ou impugnações poderão ser formuladas através de uma das opções abaixo:
- 20.7.1 Via Protocolo na sede da Prefeitura Municipal, à Praça rio Branco, nº 86, centro, CEP. 14730-000, no horário das 8h00m às 12h00 e 13h30m às 17h00;
- 20.7.2. Via Correio-envio através de carta registrada; ou e-mail www.monteazulpaulista.sp.gov.br.
- 20.8. O Edital poderá ser retirado gratuitamente mediante apresentação pen-drive, para cópia eletrônica do Edital, ou através do site: www.monteazulpaulista.sp.gov.br.
- 20.9. As licitantes devem acompanhar as informações referentes ao presente certame, inclusive resposta a pedidos de esclarecimentos ou suspensão, revogação, anulação do certame, no site www.monteazulpaulista.sp.gov.br, bem como verificação de comunicados, erratas e demais informações.
- 20.10. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.11. Fica assegurado ao Município de Monte Azul Paulista o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 20.12. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Monte Azul Paulista-SP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, não cabendo nenhuma indenização aos licitantes, pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente Edital.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 20.13. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 20.15. Da sessão pública de processamento do Pregão será lavrada ata circunstanciada a ser assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada aos licitantes sua assinatura.
- 20.16. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata.
- 20.17. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada aos licitantes presentes sua assinatura.
- 20.18. Os demais atos pertinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no Diário Oficial do Município de Monte Azul Paulista.
- 20.19. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subseqüente se o vencimento cair em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista.
- 20.20. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Competente, com base na legislação vigente.
- 20.21. Os documentos que integram o presente Edital, estão dispostos nos anexos a saber:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – Modelo de carta de credenciamento;

Anexo III – Modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

Anexo IV – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos à habilitação;

Anexo V – Modelo de declaração de que não há impedimento para contratar com a Administração Pública;

Anexo VI – Modelo de declaração de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Anexo VII – Modelo de declaração de que não tem pendências junto ao Ministério do Trabalho;

Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo IX – Modelo de formulário proposta.

Anexo X – Termo de ciência e notificação

Anexo XI-. Cadastro do responsável para a Assinatura do Contrato

15.22 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Azul Paulista, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.23 – Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Licitações, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, na Praça Rio Branco, n° 86, ou pelo telefone (17) 3361-9501, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do site: http://www.monteazulpaulista.sp.gov.br.

Monte Azul Paulista - SP, 13 de Outubro de 2022.

MARCELO OTAVINO DOS SANTOS Prefeito do Município



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS, para Aquisição de **200.000,00** (duzentas mil) **TIRAS REAGENTES**, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa **HIPERDIA** (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde.

Itens	DESCRIÇÃO	UN.	Quantidade
1	Tiras Reagentes para detecção de glicemia capilar, por metodologia, com faixa de medição de 20 a 600 mg/dl. Aceitando valores menores que 20 mg/dl e maiores que 600 mg/dl, tanto a enzima da tira reagente quanto o monitor não poderão apresentar interferência ou alteração de resultados em pacientes em uso de analgésicos e antitérmicos. Permita a coleta da amostra com a tira fora do monitor e a segunda gota da amostra quando necessário evitando assim o uso maior de tiras e a repetição do exame, para leitura de qualquer tipo de amostra de sangue capilar, venoso, arterial, neonatal e todos os pacientes diabéticos. O sistema tira de reagente e monitor deverá atender a todas as faixas de hematócrito (20 a 70%). Tempo de leitura máximo em 15 segundos. Apresentar capacidade mínima de 400 resultados de memória e software de resultados em língua portuguesa possibilitando o acompanhamento médico com análise dos resultados. O sistema glicosímetro de fácil manuseio sem necessidade de calibração deverá cumprir as exigências da ISSO 15197:2013 e apresentar cópia do estudo comprovatório de cumprimento das exigências de precisão dos resultados das glicemias, as tiras devem ser embaladas em caixas contendo 50 unidades. A embalagem de acondicionamento das tiras deve trazer externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 18 meses à partir da data de entrega, número de registro no Ministério da Saúde, certificado de BOAS PRÁTICAS emitido pela ANVISA. Declaração da Empresa que irá proporcionar Treinamentos e Capacitações a Equipe Técnica, bem como auxilia-las no processo de substituição dos aparelhos junto aos pacientes quando solicitado pela Secretaria de Saúde do Município. Serão necessários bonificação de 1000 aparelhos glicosímetro no primeiro pedido.	Un	200.000,00

JUSTIFICATIVA: A aquisição justifica-se, visto que os materiais são essenciais nas ações de saúde, aprimorando assim o controle dos pacientes que sofre da patologia Diabetes, e desta



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

forma dar aos usuários que necessitam deste controle proporcionando um melhor atendimento.

Dessa forma, torna-se indispensável e fundamental a aquisição dos itens constantes deste termo de referência. Das quantidades: Tendo em vista o levantamento realizado pelo responsável do setor que controlam o atendimento aos pacientes que utilizam os materiais, as quantidades são previstas para um período de 12 (doze) meses de consumo por usuário, com uma margem de possível aumento de portadores da Diabetes. MOTIVAÇÃO: Vários motivos que impulsionam para a necessidade da contratação de empresa para aquisição de Tiras Reagentes.

Os produtos registrados serão fornecidos parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as autorizações de fornecimento, ordem de compra ou requisições expedidas pela Prefeitura.

Prazo de Entrega: 07 dias, após a confirmação do pedido.

As quantidades constantes são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

As entregas efetuadas serão pagas em ate 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal.

Os produtos serão entregues no Centro de Saúde Dr. Alcides Facundo Arroyo localizado na Pça Newton Prado, nº 165 – Centro.

Monte Azul Paulista-SP, 13 de Outubro de 2022.

CAMILA BATISTA DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022

À Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista Praca Rio Branco, nº 86 - Centro Monte Azul Paulista – Estado de São Paulo Prezado Senhores. A empresa _____, com sede na _____, na cidade de _____, Estado de ____, CNPJ(MF) n°____,Inscrição Estadual n°____, credencia o(a) senhor(a) _____, CPF(MF) n°_____,RG n°____, para representá-la no Pregão Presencial nº 024/2022, perante o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, tendo por objeto: REGISTRO **DE PREÇOS**, sob regime de entrega parcelada, para Aguisição de **200.000** (Duzentos Mil) TIRAS REAGENTES, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa HIPERDIA (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I, podendo praticar todos os atos inerentes ao certame, com plenos poderes específicos para formular lances verbais, negociar preços, apresentar impugnações, interpor recursos e manifestar-se quanto à renúncia ou desistência dos mesmos, prestar esclarecimentos, receber avisos e notificações, e assinar atas. Atenciosamente, _____, ___ de _____ de 2.022. (Nome do outorgante, responsável legal da empresa) (Assinatura e Carimbo com CNPJ) Cargo: (Nome do outorgante, responsável legal da empresa) RG n^o______CPF(MF)n^o



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022

À
Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista
Praça Rio Branco, nº 86 - Centro
Monte Azul Paulista – Estado de São Paulo

Prezado Senhores.

, com sede na	, I	na cidade de	,
, CNPJ(MF)	n°	,Inscrição	o Estadual
2014, no procedimento rel	lativo ao P i	egão Presencia	al nº 024/2022
e respectiva Equipe de	Apoio, tend	o por objeto: R	REGISTRO DE
e de entrega parcelada, pa	ara Aquisiç	ão de 200.000	(Duzentos Mil)
para teste de glicemia no	sangue, coi	m entrega parce	lada de acordo
da Secretaria Municipal de	Saúde, a s	erem utilizadas p	pelos pacientes
a HIPERDIA (Hipertensão	e Diabetes)	pertencente ao	SUS (Sistema
tinados ao Departamento de	e Saúde, en	n conformidade d	com o termo de
a de preço descrita no Anexo	o I.		
, ,			
Atenciosamente,			
, de	_ de 2.022.		
esponsável legal da empres	a)		
e Carimbo com CNPJ)	•		
	través de seu representante, RG n°, RG n°	través de seu representante legal, senhomo, RG n°, (microempresa ou empresa de peque de 14 de dezembro de 2006, alterada 2014, no procedimento relativo ao Prese de entrega parcelada, para Aquisiça para teste de glicemia no sangue, con da Secretaria Municipal de Saúde, a se HIPERDIA (Hipertensão e Diabetes) tinados ao Departamento de Saúde, en de preço descrita no Anexo I. Atenciosamente, de de 2.022.	Atenciosamente,



À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, E, INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022

Prefeitura Municipal de Monte Az Praça Rio Branco, nº 86 - Centro			
Monte Azul Paulista – Estado de			
(Nome da Empresa)			, inscrita no CNPJ(MF)
(Nome da Empresa)sob n°	, sediad	a em	
DECLARA, sob as penas da lei,	que atende plena	mente os requ	<u> uisitos de habilitação, e,</u>
que até a presente data, inexis			
processo licitatório em referên			
Equipe de Apoio, tendo por ob-	•	,	· ·
parcelada, para Aquisição de 2	,	,	• •
glicemia no sangue, com entrega	•		
Municipal de Saúde, a serem ut (Hipertensão e Diabetes) perter			
Departamento de Saúde, em con	•		•
descrita no Anexo I.	normadae com e k	Sillio de l'elelel	iola e estimativa de preço
	,/	/2022.	
Local e data.			
			
(Nome do responsável	• • •		
(Assinatura e Carimbo	com CNPJ)		



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022

Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista Praça Rio Branco, nº 86 - Centro Monte Azul Paulista – Estado de São Paulo

Prezado S	enhores:				
A empresa	a, CNPJ(MF e seu representante	, com sede na _	,	, na cidade de _	,
Estado de	, CNPJ(MF	⁻) n°	, Inscrição	Estadual n°	
através de	e seu representante	legal o(a) sen	hor(a)		, CPF(MF) n.
	, RG n°	, interes	sada em part	icipar do proces	so de licitação
	ncia (pregão <u>024/2022</u>				
	: REGISTRO DE PRE				
	Duzentos Mil) TIRAS				
	ma HIPERDIA (Hiper				
,	lestinados ao Depar				
	e estimativa de preç				
	cia de impedimento	o legal para lid	citar e conti	ratar com a A	Idministração
Pública.					
		de	de 2.022.		
			40		
	(Nome do responsáve	el legal da empre	sa)		
	(Assinatura e Carimb	o com CNPJ)	-		



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU OS DOCUMENTOS E TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022

À

Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista Praça Rio Branco, nº 86 - Centro Monte Azul Paulista – Estado de São Paulo

Prezado Senhores:

A empresa,	com sede na _	, n	а
cidade de	_, Estado de	, n , CNPJ(MF)	١.
, Inscrição	Estadual n	, através de se	u
representante legal o(a) senhor(a)		, CPF(MF) n	_,
RG n. , inter	essada em partid	cipar do processo de licitação (pregão r	ı ^o
024/2022), perante o Pregoeiro e re	spectiva Equipe	de Apoio, tendo por objeto: REGISTR	0
		ra Aquisição de 200.000 (Duzentos M	
		ngue, com entrega parcelada de acord	
•	_	aúde, a serem utilizadas pelos paciente	
	•	Diabetes) pertencente ao SUS (Sistem	
,	•	saúde, em conformidade com o termo d	
,,		I, DECLARA, sob as penas da lei, qu	
. ,		nto de todas as informações e da	
condições para o cumprimento da			
	gş		
, de	d	le 2.022.	
(Nome do responsável leg	ral da empresa)		
(Assinatura e Carimbo co	, ,		
,	- /		

Obs: Apresentar DENTRO do envelopes II – documentação



Prezado Senhores:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TEM PENDÊNCIAS JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022

À
Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista
Praça Rio Branco, nº 86 - Centro
Monte Azul Paulista – Estado de São Paulo

. 102440 001110100.					
A empresa	, com	ı sede na		, na cidade	e de
A empresa	, Estado de	e	,	CNPJ(MF)	n.
	, Inscrição Esta	ndual n		através de	seu
representante legal	o(a) senhor(a)			. CPF(MF)	n.
,	RG n	,inter	essada em parti	cipar do proce	esso
de licitação (pregão nº	024/2022), perant	e o Pregoeiro e re	espectiva Equipe	e de Apoio, te	endo
por objeto: REGISTRO	•	J	O 1	, ,	
200.000 (Duzentos Mi	•	· •	•	•	
entrega parcelada de a				•	
serem utilizadas pelos į		•	` ·		,
pertencente ao SUS (S		, .	•	•	em
conformidade com o ter		•	,		
	sob as penas da l				
8.6666/93, com a red	-				
perante o Ministério d			<u>servancia do di</u>	sposto no inc	<u>CISO</u>
XXXIII, do artigo 7º, da	Constituição Fed	<u>derai</u> .			
	, de	de 2 023)		
	, uo	do 2.022			
(Nome do res	sponsável legal da	empresa)			
	Carimbo com CN				

Obs: Apresentar DENTRO do envelopes II – documentação



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO VIII ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 024/2022, REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022, PROCESSO Nº 129/2022

Município de Monte Azul Paulista, inscrito no CNPJ(MF) nº 52.942.380/0001-87, com sede executiva na Prefeitura Municipal, localizada na Praça Rio Branco, n. 86, Centro, neste ato epresentado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Antonio Sérgio Leal, brasileiro, casado, Prefeito do Município, residente e domiciliado à Rua Marconi, nº 36 – Centro, município de Monte Azul Paulista-SP, portador do RG n.º 16.376.289-2-SSP/SP e do CPF n.º 138.866.888-28, denominado simplesmente CONTRATANTE, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 024/2022), perante o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, tendo por objeto: REGISTRO DE PREÇOS , sob regime de entrega parcelada, para Aquisição de 200.000 (Duzentos Mil) TIRAS REAGENTES, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa HIPERDIA (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I. RESOLVE, com fundamento nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, no Decreto 7.892/2013, e do Decreto Municipal nº 2136, de 04 de Junho de 2.009, registrar os preços da empresa com sede no telefone nº representada por
, com sede no, telefone nº, representada por
seu, o Sr, brasileiro,, residente e domiciliado
em, RG nº, CPF nº, de agora em
liante denominada simplesmente DETENTORA, segundo a seguinte classificação por item
alcançada no procedimento licitatório em referência, observadas as condições do edital que
ntegra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.1. Constitui objeto da presente Ata o registro de preços dos itens dela constantes, referente a **200.000** (Duzentos Mil) **TIRAS REAGENTES**, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa **HIPERDIA** (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, e do Decreto Federal nº Decreto 7.892/2013 e posteriores alterações.
 - 1.2 O s preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Itens	DESCRIÇÃO	Unid. de Medida	Quantidade	Marca	VALOR UNITÁRIO MEDIO	VALOR TOTAL
1	Tiras Reagentes para detecção de glicemia capilar, por metodologia, com faixa de medição de 20 a 600 mg/dl. Aceitando valores menores que 20 mg/dl e maiores que 600 mg/dl, tanto a enzima da tira reagente quanto o monitor não poderão apresentar interferência ou alteração de resultados em pacientes em uso de analgésicos e antitérmicos. Permita a coleta da amostra com a tira fora do monitor e a segunda gota da amostra quando necessário evitando assim o uso maior de tiras e a repetição do exame, para leitura de qualquer tipo de amostra de sangue capilar, venoso, arterial, neonatal e todos os pacientes diabéticos. O sistema tira de reagente e monitor deverá atender a todas as faixas de hematócrito (20 a 70%). Tempo de leitura máximo em 15 segundos. Apresentar capacidade mínima de 400 resultados de memória e software de resultados de memória e software de resultados em língua portuguesa possibilitando o acompanhamento médico com análise dos resultados. O sistema glicosímetro de fácil manuseio sem necessidade de calibração deverá cumprir as exigências da ISSO 15197:2013 e apresentar cópia do estudo comprovatório de cumprimento das exigências de precisão dos resultados das glicemias, as tiras devem ser embaladas em caixas contendo 50 unidades. A embalagem de acondicionamento das tiras deve trazer externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação,	Un	200.000			



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

VALOR TOTAL	R\$
emitido pela ANVISA. Declaração da Empresa que irá proporcionar Treinamentos e Capacitações a Equipe Técnica, bem como auxilia-las no processo de substituição dos aparelhos junto aos pacientes quando solicitado pela Secretaria de Saúde do Município. Serão necessários bonificação de 1000 aparelhos glicosímetro no primeiro pedido.	R\$
prazo de validade de no mínimo 18 meses à partir da data de entrega, número de registro no Ministério da Saúde, certificado de BOAS PRÁTICAS	

- 1.3. Os produtos registrados serão fornecidos parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as autorizações de fornecimento, ordem de compra ou requisições expedidas pela Prefeitura.
- 1.4. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.5. As quantidades constantes do Anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
- 1.7. O Município realizará durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado.
- 1.8. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos preços médios praticados no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação o praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

1.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

2. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
- 2.1.1. Automaticamente:
- 2.1.1.1. Por decurso de prazo de sua vigência;
- 2.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;
- 2.1.1.3. Quando caracterizado o interesse público.
- 2.2. O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por meio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
- 2.2.1. A pedido quando:
- 2.2.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 2.2.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço
- 2.2.1.3. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste edital, caso não aceitas as razões do pedido.
- 2.2.2. Por iniciativa da Administração Municipal quando:
- 2.2.2.1. O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
- 2.2.2.2. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 2.2.2.3. O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 2.2.2.4. O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 2.2.2.5. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- 2.2.2.6. O vencedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

3. DA REVISÃO DOS PREÇOS

- 3.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- 3.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 3.3. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 3.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento. Nesse caso, poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegura igual oportunidade de negociação.
- 3.5. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4. DA NOTA DE EMPENHO

- 4.1. O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho ou Autorização de Compra (Ordem de Compra).
- 4.2. É condição para a retirada da nota de empenho, ou Autorização de Compra (Ordem de Compra) a manutenção de todas as condições exigidas para habilitação.
- 4.3. A licitante vencedora deverá retirar a nota de empenho, ou Autorização de Compra (Ordem de Compra), dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva convocação.
- 4.4. O prazo para a retirada da nota de empenho, ou Autorização de Compra (Ordem de Compra), poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

4.5. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo previsto no item 4.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, devendo a Administração cancelar o registro do licitante e convocar os remanescentes, observada à ordem de classificação, para fazê-lo no mesmo prazo, desde que a proposta se apresentar vantajosa.

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- 5.1. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as quantidades solicitadas e as especificações deste edital e da proposta ofertada, nos locais previamente indicados pelo Departamento competente.
- 5.2. O prazo de entrega é de 7 (sete) dias úteis, contados após a emissão da autorização de fornecimento.
- 5.3. Os produtos serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, em definitivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da entrega.
- 5.4. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o produto poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se imediata comunicação escrita ao fornecedor.
- 5.5. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o produto recusado ou complementar os itens faltantes.
- 5.6. Se a contratada não substituir ou complementar o produto entregue em desconformidade com as especificações deste edital, o fiscal do contrato encaminhará a nota fiscal para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, com vista à glosa do valor do produto recusado ou não entregue, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.
- 5.7. A contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão do transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 5.8. A contratada deverá constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderá decorrer de eventuais arredondamentos.
- 5.9 Os produtos serão entregues no Centro de Saúde Dr Alcides Facundo Arroyo, na Praça Newton Prado, nº 165 Centro

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1. O Município contratante obriga-se:
- a) designar o servidor responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes do instrumento convocatório e das notas de empenho;
- d) zelar para que, durante a vigência da Ata, a contratada cumpra com as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório:

7. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1. São obrigações da detentora, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente documento, no termo de referência e na legislação vigente:
- a) entregar os produtos de acordo com as especificações e quantidades constantes desta Ata e com as características descritas na sua proposta;
- b) atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observação do contratante nos prazos estabelecidos no edital:
- c) não fornecer quantidade, especificação ou marca diversa da solicitada;
- d) substituir os produtos danificados em razão do transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- e) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do ajuste;



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- f) responder por quaisquer danos pessoais e materiais causados por seus empregados à Administração e/ou terceiros na execução do ajuste;
- g) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. As entregas efetuadas serão pagas em 30 (trinta) dias, a partir da data de cumprimento da obrigação contratada, em conformidade com a proposta apresentada, depois de concluída a fase de liquidação da despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.
- 8.2. No caso de constatação de irregularidades, como: condição de pagamento indicada em nota fiscal/fatura divergente a da obrigação contratada, ou se ocorrer entregas em quantidades diferentes da compra inicial, ou adulterado, exigindo-se a substituição ou a reposição dos produtos que, eventualmente, não constarem dos procedimentos de entrega.
- 8.3. Conforme o protocolo ICMS 42 de 03 de Julho de 2.009, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de Dezembro de 2.010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas a Administração Pública direta ou indireta
- 8.4. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente específica da empresa contratada, na agência bancária por ela indicada, com preferência para instituição financeira oficial ou na tesouraria municipal, desde que não haja nenhuma irregularidade na respectiva nota fiscal/fatura, ou tenha sido devidamente substituída, no caso de sua devolução por motivo de irregularidade.
- 8.5. Em nenhuma hipótese poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados para modificações ou alterações dos preços propostos.
- 8.6. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração do Município de Monte Azul Paulista, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

- 9.2. A penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Monte Azul Paulista, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- a) não apresentação na sessão do Pregão, da documentação exigida para o certame, no todo ou em parte;
- b) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- c) recusa em manter a proposta, observado o prazo de sua validade;
- d) recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho;
- e) prática de atos ilícitos visando frustrar o objetivo do Pregão;
- f) cometimento de falhas ou fraudes na execução do contrato;
- g) condenação definitiva pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- h) prática de atos ilícitos demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração Municipal;
- i) ficar evidenciada a prática de conluio.
- 9.3. Fica facultado ao Município de Monte Azul Paulista, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, como não cumprimento do prazo de entrega, aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da contratação.
- 9.4. A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal, mediante instauração de processo administrativo, no qual se assegurem a defesa prévia e o contraditório.
- 9.5. As situações mencionadas no artigo 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
- 9.6. O detentor da Ata reconhece os direitos do Município, nos casos de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Ata de Registro de Preço correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento geral do município de Monte Azul Paulista-SP, relativo ao exercício financeiro de 2022.

SECRETARIA DE SAÚDE Material de Consumo 02.05.00.10.302.0024.2042.3.3.90-30-145

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. A assinatura da presente Ata implicará na plena aceitação, pelo fornecedor, das condições estabelecidas no edital da licitação e seus anexos.
- 11.2. Passam a fazer parte desta Ata, para todos os efeitos, a documentação e propostas apresentadas pelos licitantes.
- 11.3. Quaisquer alterações na presente Ata somente poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes.
- 11.4. Fica eleito o foro da Comarca de Monte Azul Paulista-SP para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste ajuste.
- 1.5. E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Monte Azul Paulista-SP,	_ de de 2022.
Prefeito Munici	pal
 Empresa	



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO IX

MODELO DO FORMULÁRIO PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022 PROCESSO DE COMPRAS Nº 129/2022

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS**, sob regime de entrega parcelada, para aquisição de **200.00** (Duzentos Mil) **TIRAS REAGENTES**, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa **HIPERDIA** (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I.

Propomos fornecer os produtos, objeto desta licitação, nos seguintes preços:

Itens	DESCRIÇÃO	Unid. de Medida	Quantidade	Marca	VALOR UNITÁRIO MEDIO	VALOR TOTAL
1	Tiras Reagentes para detecção de glicemia capilar, por metodologia, com faixa de medição de 20 a 600 mg/dl. Aceitando valores menores que 20 mg/dl e maiores que 600 mg/dl, tanto a enzima da tira reagente quanto o monitor não poderão apresentar interferência ou alteração de resultados em pacientes em uso de analgésicos e antitérmicos. Permita a coleta da amostra com a tira fora do monitor e a segunda gota da amostra quando necessário evitando assim o uso maior de tiras e a repetição do exame, para leitura de qualquer tipo de amostra de sangue capilar, venoso, arterial, neonatal e todos os pacientes diabéticos. O sistema tira de reagente e monitor deverá atender a todas as faixas de hematócrito (20 a 70%). Tempo de leitura máximo em 15 segundos. Apresentar capacidade mínima de 400 resultados de memória e software de resultados	Un	200.000			



ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

manallallitamala a manamanlamana (*	
possibilitando o acompanhamento médico	
com análise dos resultados. O sistema	
glicosímetro de fácil manuseio sem	
necessidade de calibração deverá cumprir as	
exigências da ISSO 15197:2013 e apresentar	
cópia do estudo comprovatório de	
cumprimento das exigências de precisão dos	
resultados das glicemias, as tiras devem ser	
embaladas em caixas contendo 50 unidades.	
A embalagem de acondicionamento das tiras	
deve trazer externamente os dados de	
identificação, procedência, número do lote,	
data de fabricação, prazo de validade de no	
mínimo 18 meses à partir da data de entrega,	
número de registro no Ministério da Saúde,	
certificado de BOAS PRÁTICAS emitido pela	
ANVISA. Declaração da Empresa que irá	
proporcionar Treinamentos e Capacitações a	
Equipe Técnica, bem como auxilia-las no	
processo de substituição dos aparelhos junto	
aos pacientes quando solicitado pela	
Secretaria de Saúde do Município. Serão	
necessários bonificação de 1000 aparelhos	
glicosímetro no primeiro pedido.	
VALOR TOTAL	R\$

Valor por extenso:	R\$	()).
--------------------	-----	----	----

 I – Declaramos conhecimento integral dos termos do Edital da presente licitação e seus anexos, em especial ao prazo de entrega, condições de pagamento dos itens e aos demais atos editalícios aos quais sujeitamos.

 II – Declaramos que o prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega dos envelopes.

Monte Azul Paulista - SP, <u>de </u> de <u>de</u>	2.022
---	-------

Nome do Responsável (Carimbo com CNPJ(MF) e assinatura do responsável)



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO X TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO	DE MONTE AZULPAULISTA-SP
CONTRATADA:	_
PROCESSO Nº;	_
CONTRATO Nº	_
Advogado(s); (*)	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, sob regime de entrega parcelada, para aquisição de **200.000** (Duzentos Mil) **TIRAS REAGENTES**, para teste de glicemia no sangue, com entrega parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizadas pelos pacientes usuários do Programa **HIPERDIA** (Hipertensão e Diabetes) pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), destinados ao Departamento de Saúde, em conformidade com o termo de referência e estimativa de preço descrita no Anexo I.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Damo-nos por NOTIFICADOS para: 2.

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente a) publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE÷
Nome:
Cargo:
CPF:
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Somente da licitante vencedora



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

<u>ANEXO XI</u>

CADASTRO DO RESPONSAVEL PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

NÃO É OBRIGATÓRIA, FICANDO OPCIONAL (A SER PREENCHIDA EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

A
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA
Praça Rio Branco, nº 86 – Centro
CEP. 14.730-000 – Monte Azul Paulista-SP

REFERENTE: PREGÃO 024/2022 PROCESSO Nº 129/2022 REGISTRO DE PREÇOS № 012/2022 **DADOS DE QUEM VAI ASSINAR O CONTRATO:** NOME:____ NACIONALIDADE: BRASILEIRA? _ _ SITUAÇÃO CONJUGAL: SOLTEIRA, CASADA DIVORCIADA? _____ CPF(MF)_____ RG____ CARGO NA EMPRESA: GERENTE, SÓCIO PROPRIETARIO, PROCURADOR? (SE PROCURADOR, ANEXAR PROCURAÇÃO) ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA, AVENIDA? №, BAIRRO, CIDADE, CEP; ___ TELEFONE: E-MAIL: DADOS DO RESPONSAVEL POR RECEBER OS PEDIDOS CARGO NA EMPRESA: GERENTE, SÓCIO PROPRIETARIO, PROCURADOR?____

Obs: apresentar dentro do envelopes 02 - Documentação